

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026

A Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues/RN, sediada na Rua José Ferreira das Neves, nº 137, Centro, Alto do Rodrigues/RN, CEP 59.507-000, Torna público que, realizará licitação, para **Registro de Preços** na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, com critério de julgamento **Menor Preço Por Item**, nos termos da [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), LC Nº 123/06, Lei municipal nº 789/2023 e Lei municipal nº 001/2026 que regulamentam a Lei Federal nº 14.133/21, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ÓRGÃO INTERESSADO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:	Dia 24/03/2026 às 18h00 (horário de Brasília).
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:	Dia 02/04/2026 às 23h59 (horário de Brasília).
DATA E LIMITE PARA PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:	Dia 02/04/2026 às 23h59 (horário de Brasília).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	Dia 08/04/2026 às 09h50 (horário de Brasília).
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	Dia 08/04/2026 às 10h00 (horário de Brasília).
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO

DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO EDITAL:

1. DO OBJETO:

1.1 O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de mobiliário e equipamentos hospitalares destinados a atender demandas do Hospital e Maternidade Maria Rodrigues Melo, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Alto do Rodrigues/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.**

1.2 O critério de julgamento adotado será o **“Menor Preço Por Item”**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3 Os itens com lances finais acima do valor de referência não serão adjudicados, tampouco homologados, conforme a legislação vigente.

Parágrafo Único – Todos os equipamentos e materiais utilizados no fornecimento deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados a legislação vigente e os padrões das normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, NBR, INMETRO etc

2. DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participante são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

3.1. Poderão participar deste Pregão **EXCLUSIVAMENTE** as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, qualificadas como tais nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, com exceção do item 09 que será destinado a ampla concorrência, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos do [artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) e da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO DOS PARTICIPANTES:

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 4.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 4.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 4.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 4.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 4.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 4.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 4.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 4.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 4.1.9. Cédula de Identidade do (s) Titular (es) e/ou sócio (s) da empresa.

4.1. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 4.1.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **federal, estadual e municipal** relativo ao domicílio sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade;
- 4.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 4.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 4.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.1.5. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- 4.1.6. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- 4.1.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 4.1.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 4.1.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 4.1.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 4.1.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será

concedido o mesmo prazo para regularização.

4.1.12. Extrato da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>) que verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação em conformidade com o Art. 67, IV da Lei Federal 14.133 e Lei Federal 8.429/1992;

4.1.13. Certidão de inidoneidade do Tribunal de Contas da União - TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:9241163825145:::P3_TIPO:CPF) em nome do **sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

4.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.2.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

4.2.2. Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, juntando-se, também cópia dos termos de abertura e encerramento do livro diário, já exigíveis e apresentados na forma da lei. Em qualquer das situações, devidamente registrados.

4.2.3. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis, além dos índices e notas explicativas deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

4.2.4. Os documentos referidos no item 4.2.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. Conforme § 6º do art. 69 da Lei 14.133/21.

4.2.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

4.2.6. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

4.2.7. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

4.2.8. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

4.2.9. A Pregoeira, antes de se manifestar com relação à **Qualificação Econômico-Financeira** das empresas participantes do certame, poderá solicitar parecer técnico junto a **Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues/RN**, para que possa subsidiá-la em seu julgamento.

4.2.10. Observação: O balanço patrimonial poderá ser apresentado também por SPED contábil, nos termos da Lei.

4.2.11. Os Microempreendedores individuais – MEI deverão apresentar Balanço patrimonial, segundo recente jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU (Acórdão 133/2022), bem como, as demais comprovações da qualificação econômico-financeira.

4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.4.1. O licitante deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por entidade de direito público ou privado comprovando que a empresa licitante forneceu produtos/serviços compatíveis com o objeto do presente certame, que comprove as características dos produtos conforme item deste termo,

(entidade de direito público que emitir o atestado, o secretário ou servidor tem FÉ PÚBLICA no exercício de sua função, não necessitando ter firma reconhecida facultado ao município fazer consulta ou diligência no sentido de averiguar a veracidade do atestado. Já os atestados emitidos por entidades de direito privado deverão estar com firma reconhecida em cartório, com excessão das assinaturas digitais emitidas através da plataforma GOV.BR ou que possuam certificação ICP-Brasil).

4.4.2. Alvará de funcionamento emitido pela autoridade competente do município, sede da licitante, atualizado.

4.4.3. Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal. Exigência para os itens correspondentes especificamente a produtos de saúde.

4.4.4. Autorização de funcionamento de empresa (AFE – Anvisa). Exigência para os itens correspondentes especificamente a produtos de saúde.

4.4.5. Declaração formal de que atende aos requisitos de habilitação, conforme Art. 63, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

4.4.6. Declaração formal de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme Art. 63, inciso IV da Lei Federal 14.133/2021.

4.4.7. Declaração formal de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação, conforme Art. 63, § 1º da Lei Federal 14.133/2021.

5. DO CADASTRO DE RESERVA:

5.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, nos termos do [Art. 82, VII, da Lei Federal nº 14.133/21](#).

5.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

DAS CONDIÇÕES GERAIS DO EDITAL:

6. DO CREDENCIAMENTO:

6.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

6.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio

www.portaldecompraspublicas.com.br;

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7. DA IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

7.1. Não poderão disputar esta licitação:

7.1.1. Os licitantes que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.1.2. Os licitantes que se enquadrem no [Art. 14, da Lei Federal nº 14.133/21](#).

7.1.3. Os atentes públicos de órgão ou da entidade licitante ou contratante, nos termos do [§ 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

7.1.4. Não será admitida a participação de empresas suspensas ou impedidas de licitar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal

8. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

8.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

8.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

8.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

8.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

8.5.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

8.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.3 ou 7.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Título IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

8.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.9.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.9.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

- 9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 9.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
 - 9.1.2. Marca de cada item ofertado, quando for o caso;
 - 9.1.3. Fabricante de cada item ofertado, quando for o caso;
 - 9.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 9.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 9.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 9.6. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste edital.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

- 10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 10.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
 - 10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 10.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 10.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 10.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 10.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 10.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 1,00 (um real)**.
- 10.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 10.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa ABERTO.
- 10.11. Na fase de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 10.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
 - 10.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 10.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á

automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

10.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

10.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

10.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.18.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.20. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o município de Alto do Rodrigues/RN.

11. DA FASE DE JULGAMENTO:

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/).
- 11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992](#).
- 11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 11.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 11.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com a LC nº123/06.
- 11.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 11.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 11.7.1. Se enquadrarem nos casos previstos no [Art. 59, da Lei Federal nº 14.133/21](#).
- 11.8. **No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**
- 11.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 11.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 11.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 11.9. **Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta (planilha contendo custo com logística, manutenção, impostos, e quaisquer outros encargos que englobem na prestação dos serviços, e por fim a margem de lucro obtido com o preço ofertado), ficando a critério do município a aceitabilidade e o julgar quanto ao vulto da oferta, e assim estabelecer um melhor critério para avaliar o preço ofertado e sua exequibilidade.**
- 11.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 11.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 11.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 11.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 11.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 11.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo

Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

11.16. Quando for o caso, será solicitada amostra(s) do primeiro classificado, assim, quando não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

12.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou emitidos pela internet.

12.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).

12.3. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.4. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.4.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.5.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

12.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.6.1. Em caso de apresentação incompleta dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá abrir diligência, no prazo máximo de 02 (duas) horas, para que a empresa sane a pendência detectada.

12.7. A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

12.7.1. Os documentos relativos à habilitação deverão ser enviados no momento do cadastro da proposta.

12.7.2. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.7.3. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.8. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

12.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.12. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

13. DAS INTENSÕES E DOS RECURSOS:

13.1. A Intenção de recorrer no sistema, ocorrerá em dois momentos distintos, uma logo após a declaração de arrematantes no processo e a outra, após o término da fase de habilitação, não podendo o prazo ser inferior a 10

(dez) minutos, conforme previsão do Art. 165, §1º, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 40 da IN 73/2022.

13.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará os prazos e a forma dispostos no [art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

13.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema: www.portaldecompraspublicas.com.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, se enquadra nas previsões contidas no [Art. 155, incisos IV, V, VI, VIII, IX, X, XI e XII da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

14.2. Os licitantes que incorrerem nas infrações previstas no item anterior, após o devido processo administrativo, estarão sujeitas às sanções previstas no [Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo protocolar diretamente no sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, nos termos do [Art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16. DA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL OU EQUIVALENTE:

16.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1. O sistema gerará automaticamente a ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura de Alto do Rodrigues/RN.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br).

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PALÁCIO ÁLVARO RODRIGUES PREFEITURA
MUNICIPAL DE ALTO DO RODRIGUES
Rua José Ferreira das Neves, 137, Centro – CEP 59507-000
CNPJ 08.184.111/0001-07



- ANEXO II** - Minuta da ARP;
- ANEXO III** - Minuta de Termo de Contrato;
- ANEXO IV** - Proposta De Preços (MODELO)
- ANEXO V** - Declaração Conjunta
- ANEXO VI** - Declaração do porte da Empresa (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte)

Município de Alto do Rodrigues, 24 de março de 2026.

YASMIN MARIANA SEIXAS CUNHA
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Registro de Preços para Futura Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de mobiliário e equipamentos hospitalares destinados a atender demandas do Hospital e Maternidade Maria Rodrigues Melo, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Alto do Rodrigues/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Deverão ser atendidas as especificações dos serviços, conforme discriminado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QNT	UND	V. UNIT.	V. TOTAL
1	BOMBA DE INFUSÃO CONTÍNUA: DEVENDO ATENDER ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: DIMENSÕES APROXIMADAS DE 132 MM × 95 MM × 165 MM, COM PESO MÍNIMO DE 1,33 KG; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA POR ADAPTADOR DE ENERGIA COM ENTRADA AC BIVOLT AUTOMÁTICO OU 220 V, COMPATÍVEL COM A REDE ELÉTRICA DA REGIÃO, COM FAIXA DE ENTRADA DE 100 V A 240 V (47–63 HZ), E SAÍDA DC DE 15 V, COM CORRENTE ENTRE 1,66 A E 2 A, SENDO ESTA TAMBÉM A TENSÃO DE ENTRADA DA BOMBA; POTÊNCIA MÁXIMA DE ATÉ 55 VA; TAXA DE FLUXO AJUSTÁVEL DE 0,1 ML/H A 1.800 ML/H, COM PRECISÃO DE ±3%, QUANDO UTILIZADO O CONJUNTO DE INFUSÃO RECOMENDADO PELO FABRICANTE; VOLUME A SER ADMINISTRADO (VTBI) AJUSTÁVEL DE 0,01 ML A 9.999 ML; POSSUIR BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL DE ALTA CAPACIDADE, COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 7 HORAS, EM CONDIÇÕES NORMAIS DE USO; DISPOR DE CONECTIVIDADE WI-FI OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, PERMITINDO MONITORAMENTO DO EQUIPAMENTO; INTERFACE DE OPERAÇÃO COMPOSTA POR TECLADO DE MEMBRANA E TELA SENSÍVEL AO TOQUE (TOUCH SCREEN); COMPATÍVEL COM DIVERSOS TIPOS DE EQUIPOS UNIVERSAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE; SISTEMA DE DETECÇÃO DE AR NA LINHA, COM INTERRUPÇÃO AUTOMÁTICA DA INFUSÃO; SISTEMA INTELIGENTE DE DETECÇÃO E GERENCIAMENTO DE OCLUSÃO, COM ALARMES VISUAIS E SONOROS; DISPONIBILIZAR MÚLTIPLOS MODOS DE INFUSÃO, INCLUINDO, NO	05	UND	R\$ 6.399,01	R\$ 31.995,05

	MÍNIMO: MODO POR TAXA, MODO VOLUME + TEMPO E MODO POR PESO CORPORAL; DEVE TER O REGISTRO NA ANVISA, DEVERÁ ESTAR VÁLIDO E COMPATÍVEL COM O MODELO OFERTADO, NÃO SENDO ACEITOS REGISTROS VENCIDOS, SUSPENSOS OU CANCELADOS; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA ELÉTRICA APLICÁVEIS, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO OU EQUIVALENTE; ACOMPANHAR MANUAL DE OPERAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA; FORNECIDA COM CABO DE ALIMENTAÇÃO COMPATÍVEL COM O PADRÃO BRASILEIRO DE TOMADAS (NBR 14136); GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA NO BRASIL.				
2	CONJUNTO DE CAMA BOX SOLTEIRO PADRÃO, DESTINADO AO REPOUSO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE, DEVENDO ATENDER ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: DIMENSÕES APROXIMADAS DE 0,88 M DE LARGURA, 1,88 M DE COMPRIMENTO E ALTURA TOTAL APROXIMADA DE ATÉ 0,63 M, CONSIDERANDO BASE E COLCHÃO, ADMITINDO-SE VARIAÇÕES COMPATÍVEIS COM O PADRÃO DE MERCADO; COLCHÃO COM SISTEMA DE MOLAS ENSACADAS INDIVIDUALMENTE, PROPORCIONANDO MELHOR SUPORTE E CONFORTO; SUPORTE DE PESO DE, NO MÍNIMO, 120 KG POR PESSOA; COLCHÃO COM ALTURA APROXIMADA DE 23 CM, ADMITINDO VARIAÇÃO CONFORME FABRICANTE; REVESTIMENTO EM TECIDO TIPO MALHA OU MATERIAL EQUIVALENTE, RESISTENTE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; TRATAMENTOS ANTIÁCARO, ANTIALÉRGICO, ANTIFUNGO E ANTIMOFO; BASE (BOX) CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE E ESTRUTURALMENTE ADEQUADO, COM REFORÇO INTERNO QUE GARANTA ESTABILIDADE E DURABILIDADE; PÉS FIXOS OU ROSQUEÁVEIS, CONFECCIONADOS EM MATERIAL RESISTENTE, GARANTINDO ESTABILIDADE E SEGURANÇA DURANTE O USO; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. O PRODUTO DEVERÁ SER FABRICADO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS DA ABNT, QUANDO EXISTENTES, E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES.	02	UND	R\$ 1.159,89	R\$ 2.319,78

3	<p>CAMA HOSPITALAR MANUAL DESTINADA À INTERNAÇÃO E CUIDADOS ASSISTENCIAIS, DEVENDO ATENDER ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: ESTRUTURA FABRICADA EM AÇO CARBONO OU MATERIAL DE RESISTÊNCIA MECÂNICA EQUIVALENTE, COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO; LEITO SUBDIVIDIDO EM QUATRO SEÇÕES, CONFECCIONADO EM CHAPA METÁLICA PERFURADA OU MATERIAL EQUIVALENTE, QUE PERMITA VENTILAÇÃO ADEQUADA;</p> <p>ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO; SISTEMA DE ACIONAMENTO MANUAL POR 03 (TRÊS) MANIVELAS INDEPENDENTES, PERMITINDO NO MÍNIMO OS SEGUINTE MOVIMENTOS:</p> <p>ELEVAÇÃO E ABAIXAMENTO DO LEITO; ELEVAÇÃO DO DORSO (POSIÇÃO FOWLER E SEMI-FOWLER); FLEXÃO DAS PERNAS; GRADES LATERAIS EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD) OU MATERIAL EQUIVALENTE, REBATÍVEIS OU ARTICULADAS, PROPORCIONANDO SEGURANÇA AO PACIENTE; CABECEIRA E PESEIRA CONFECCIONADAS EM PEAD OU MATERIAL EQUIVALENTE, REMOVÍVEIS, RESISTENTES E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; SISTEMA ARTICULADO QUE PERMITA MOVIMENTAÇÃO SUAVE E SEGURA; DOTADA DE RODÍZIOS, COM NO MÍNIMO 02 (DOIS) COM SISTEMA DE TRAVAMENTO, PARA FACILITAR DESLOCAMENTO E FIXAÇÃO; DIMENSÕES APROXIMADAS: COMPRIMENTO EXTERNO: CERCA DE 1,98 M; LARGURA EXTERNA COM GRADES: CERCA DE 0,97 M; DIMENSÕES DO LEITO: APROXIMADAMENTE 1,88 M (C) × 0,87 M (L); ALTURA DO LEITO AO SOLO REGULÁVEL, COM VARIAÇÃO APROXIMADA ENTRE 0,52 M E 0,65 M; CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 150 KG; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; POSSUIR REGISTRO VIGENTE NA ANVISA; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT APLICÁVEIS, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.</p>	05	UND	R\$ 2.748,95	R\$ 13.744,75
4	<p>COLCHÃO HOSPITALAR DESTINADO AO USO EM</p>	05	UND	R\$ 492,12	R\$ 2.460,60

	<p>CAMA HOSPITALAR MANUAL, DEVENDO ATENDER ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POLIURETANO DE ALTA PERFORMANCE, COM DENSIDADE MÍNIMA D28 (28 KG/M³); ESPUMA E REVESTIMENTO COM TRATAMENTOS ANTIÁCARO, ANTIALÉRGICO E ANTIBACTERIANO, ADEQUADOS AO USO HOSPITALAR; REVESTIMENTO EM MATERIAL IMPERMEÁVEL, CONFECCIONADO EM POLICLORETO DE VINILA (PVC) OU MATERIAL EQUIVALENTE, COM GRAMATURA MÍNIMA DE 350 G/M², SOLDADO OU COSTURADO DE FORMA A IMPEDIR A INFILTRAÇÃO DE LÍQUIDOS; REVESTIMENTO DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, COMPATÍVEL COM ROTINAS DE LIMPEZA HOSPITALAR; DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM O LEITO DA CAMA HOSPITALAR, GARANTINDO ENCAIXE ADEQUADO, ESTABILIDADE E SEGURANÇA DURANTE O USO, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1,88 M DE COMPRIMENTO × 0,87 M DE LARGURA × 0,12 M DE ALTURA, ADMITINDO VARIAÇÕES COMPATÍVEIS COM O PADRÃO DE MERCADO; PESO APROXIMADO DE 7 KG, ADMITINDO VARIAÇÃO CONFORME O FABRICANTE; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; COMPATÍVEL COM CAMAS HOSPITALARES MANUAIS DO TIPO ESPECIFICADO NA TABELA; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. COLCHÃO HOSPITALAR DEVERÁ SER TOTALMENTE COMPATÍVEL COM A CAMA HOSPITALAR DESCRITA NO RESPECTIVO ITEM DO EDITAL, NÃO SENDO ACEITOS PRODUTOS QUE COMPROMETAM O FUNCIONAMENTO DAS GRADES LATERAIS OU A SEGURANÇA DO PACIENTE. ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS DA ABNT APLICÁVEIS, QUANDO EXISTENTES, E ÀS DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES AO USO HOSPITALAR.</p>				
5	<p>INCUBADORA DESTINADA À INCUBAÇÃO DE INDICADORES BIOLÓGICOS UTILIZADOS NO MONITORAMENTO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVES, DEVENDO ATENDER ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: CONTROLE DIGITAL DE TEMPERATURA, COM ESTABILIDADE ADEQUADA AO PROCESSO DE INCUBAÇÃO; CAPACIDADE</p>	01	UND	R\$ 374,64	R\$ 374,64

	<p>PARA INCUBAÇÃO SIMULTÂNEA DE, NO MÍNIMO, 04 (QUATRO) INDICADORES BIOLÓGICOS; TEMPERATURA MÁXIMA DE INCUBAÇÃO DE, NO MÍNIMO, 60 °C; INTERFACE DE OPERAÇÃO SIMPLES E INTUITIVA, PERMITINDO FÁCIL MANUSEIO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO; EQUIPAMENTO PROJETADO PARA USO CONTÍNUO, COM ESTRUTURA RESISTENTE E DURÁVEL; COMPATÍVEL COM INDICADORES BIOLÓGICOS PADRÃO UTILIZADOS EM PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO POR VAPOR (AUTOCLAVE); POTÊNCIA MÁXIMA DE ATÉ 10 W; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA BIVOLT AUTOMÁTICO OU 220 V, COMPATÍVEL COM A REDE ELÉTRICA DA REGIÃO, FREQUÊNCIA 50/60 HZ; DIMENSÕES E PESO COMPATÍVEIS COM USO EM BANCADA, ADMITINDO VARIAÇÕES CONFORME O FABRICANTE; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; POSSUIR REGISTRO VIGENTE NA ANVISA, QUANDO APLICÁVEL À CATEGORIA DO PRODUTO; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E SANITÁRIAS APLICÁVEIS, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.</p>				
6	<p>MONITOR CARDÍACO HOSPITALAR MULTIPARAMÉTRICO COM ELETRODOS. MONITOR MULTIPARAMÉTRICO DESTINADO À MONITORIZAÇÃO CONTÍNUA DE SINAIS VITAIS EM AMBIENTE HOSPITALAR, DEVENDO ATENDER ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TELA COLORIDA TIPO TFT OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, COM TAMANHO MÍNIMO DE 12 POLEGADAS, PERMITINDO VISUALIZAÇÃO CLARA DOS PARÂMETROS MONITORADOS; MONITORIZAÇÃO DOS SEGUINTE PARÂMETROS, NO MÍNIMO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - ELETROCARDIOGRAMA (ECG); - PRESSÃO NÃO INVASIVA (PNI); - SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO (SPO₂); - TEMPERATURA; - RESPIRAÇÃO; <p>PARA ECG, POSSUIR ENTRADA PARA CABO DE 3 OU 5 VIAS, PERMITINDO SELEÇÃO DAS DERIVAÇÕES I, II, III, AVR, AVL, AVF E PRECORDIAL, CONFORME CONFIGURAÇÃO; FAIXA DE MEDIÇÃO DE FREQUÊNCIA CARDÍACA ADEQUADA AO USO ADULTO, PEDIÁTRICO E NEONATAL, COMPREENDENDO, NO MÍNIMO, 15 A</p>	05	UND	R\$ 11.157,63	R\$ 55.788,15

	<p>300 BPM EM ADULTOS; CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE TENDÊNCIAS GRÁFICAS E FORMAS DE ONDA, COM MEMÓRIA INTERNA ADEQUADA AO ACOMPANHAMENTO CLÍNICO; SISTEMA DE ALARMES VISUAIS E SONOROS, CONFIGURÁVEIS PELO USUÁRIO, PARA TODOS OS PARÂMETROS MONITORADOS; BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL DE ÍON DE LÍTIO, COM AUTONOMIA MÍNIMA DE 2 HORAS, VARIANDO CONFORME OS PARÂMETROS EM USO; EQUIPAMENTO ADEQUADO PARA UTILIZAÇÃO EM PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS; DIMENSÕES E PESO COMPATÍVEIS COM USO EM LEITO HOSPITALAR, ADMITINDO VARIAÇÕES CONFORME O FABRICANTE; ACOMPANHAR CABOS, SENSORES E ELETRODOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO, COMPATÍVEIS COM OS PARÂMETROS OFERTADOS; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; POSSUIR REGISTRO VIGENTE NA ANVISA; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA ELÉTRICA APLICÁVEIS, INCLUINDO NORMAS DA ABNT/IEC, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.</p>				
7	<p>NEBULIZADOR HOSPITALAR COM 4 SAÍDAS COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: EQUIPAMENTO DE USO HOSPITALAR, PROJETADO PARA FUNCIONAMENTO CONTÍNUO; VAZÃO LIVRE MÍNIMA DE 28 L/MIN; PRESSÃO DE TRABALHO MÁXIMA DE ATÉ 40 PSI; POSSUIR 04 (QUATRO) SAÍDAS DE AR INDEPENDENTES, PERMITINDO NEBULIZAÇÃO SIMULTÂNEA; ACOMPANHAR COPOS DE NEBULIZAÇÃO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 ML, COMPATÍVEIS COM USO HOSPITALAR; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220 V OU BIVOLT AUTOMÁTICO (127/220 V), COMPATÍVEL COM A REDE ELÉTRICA DA REGIÃO, FREQUÊNCIA 50/60 HZ; ESTRUTURA RESISTENTE, COM SUPORTE TIPO TRIPÉ OU BASE EQUIVALENTE, GARANTINDO ESTABILIDADE DURANTE O USO; DIMENSÕES E PESO COMPATÍVEIS COM USO EM AMBIENTE HOSPITALAR, ADMITINDO VARIAÇÕES CONFORME O FABRICANTE; ACOMPANHAR MANGUEIRAS, CONEXÕES E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; PRODUTO NOVO, SEM USO</p>	01	UND	R\$ 2.430,82	R\$ 2.430,82

	ANTERIOR; POSSUIR REGISTRO VIGENTE NA ANVISA; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
8	NEBULIZADOR HOSPITALAR COM 2 SAÍDAS COM ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: EQUIPAMENTO DE USO HOSPITALAR, PROJETADO PARA FUNCIONAMENTO CONTÍNUO; VAZÃO LIVRE MÍNIMA DE 28 L/MIN; PRESSÃO DE TRABALHO MÁXIMA DE ATÉ 40 PSI; POSSUIR 02 (DUAS) SAÍDAS DE AR INDEPENDENTES, PERMITINDO NEBULIZAÇÃO SIMULTÂNEA; ACOMPANHAR COPOS DE NEBULIZAÇÃO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 10 ML, COMPATÍVEIS COM USO HOSPITALAR; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220 V OU BIVOLT AUTOMÁTICO (127/220 V), COMPATÍVEL COM A REDE ELÉTRICA DA REGIÃO, FREQUÊNCIA 50/60 HZ; ESTRUTURA RESISTENTE, COM SUPORTE TIPO TRIPÉ OU BASE EQUIVALENTE, GARANTINDO ESTABILIDADE DURANTE O USO; DIMENSÕES E PESO COMPATÍVEIS COM USO EM AMBIENTE HOSPITALAR, ADMITINDO VARIAÇÕES CONFORME O FABRICANTE; ACOMPANHAR MANGUEIRAS, CONEXÕES E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; POSSUIR REGISTRO VIGENTE NA ANVISA; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	04	UND	R\$ 1.740,10	R\$ 6.960,40
9	VENTILADOR MECÂNICO PULMONAR NÃO INVASIVO COM ÀS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: EQUIPAMENTO COMPACTO E PORTÁTIL, COM PESO APROXIMADO DE ATÉ 4 KG, FACILITANDO O TRANSPORTE E O USO EM DIFERENTES SETORES ASSISTENCIAIS; INDICADO PARA VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA, COMPATÍVEL COM PACIENTES ADULTOS, PEDIÁTRICOS E NEONATAIS, CONFORME CONFIGURAÇÃO DO EQUIPAMENTO E ACESSÓRIOS UTILIZADOS; DISPONIBILIZAR, NO MÍNIMO, OS SEGUINTE MODOS VENTILATÓRIOS: VENTILAÇÃO CONTROLADA POR VOLUME (VCV) OU EQUIVALENTE; VENTILAÇÃO LIMITADA POR PRESSÃO (PLV) OU EQUIVALENTE;	02	UND	R\$ 54.111,11	R\$ 108.222,22

	<p>- SIMV; - CPAP; - MODO ESPONTÂNEO; - MODO MANUAL OU EQUIVALENTE; VOLUME CORRENTE AJUSTÁVEL, COM FAIXA MÍNIMA COMPREENDIDA ENTRE 60 ML E 1500 ML; FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA AJUSTÁVEL, COM FAIXA MÍNIMA DE 2 A 99 RESPIRAÇÕES POR MINUTO (RPM); TEMPO INSPIRATÓRIO AJUSTÁVEL, COM VALOR MÍNIMO DE 1,0 SEGUNDO, ADMITINDO VARIAÇÕES CONFORME O FABRICANTE; LIMITE DE PRESSÃO INSPIRATÓRIA AJUSTÁVEL, COM FAIXA MÍNIMA DE 1 A 99 CMH₂O; CAPACIDADE DE FORNECIMENTO DE CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO (FIO₂) AJUSTÁVEL, COM FAIXA MÍNIMA DE 50% A 100%, CONFORME CONFIGURAÇÃO DO EQUIPAMENTO E FONTE DE OXIGÊNIO; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM A REDE 220 V, DEVENDO POSSUIR COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO (BIVOLT AUTOMÁTICO), OPERANDO NA FAIXA DE 85 A 265 VAC, FREQUÊNCIA 50/60 HZ; POSSUIR BATERIA INTERNA RECARREGÁVEL, COM AUTONOMIA MÍNIMA APROXIMADA DE 4 (QUATRO) HORAS, CONFORME CONDIÇÕES DE USO; SISTEMA DE ALARMES AUDIOVISUAIS, CONTEMPLANDO, NO MÍNIMO:</p> <p>- PRESSÃO MÁXIMA; - DESCONEXÃO DO CIRCUITO; - FALHA NA ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA; - BATERIA FRACA; - FALHA NA REDE DE GASES OU NO FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO; INTERFACE DE OPERAÇÃO CLARA E INTUITIVA, COM DISPLAY QUE PERMITA O ACOMPANHAMENTO DOS PARÂMETROS VENTILATÓRIOS; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; POSSUIR REGISTRO VIGENTE NA ANVISA; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.</p>				
10	<p>FOCO CIRÚRGICO DE TETO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: EQUIPAMENTO DESTINADO À ILUMINAÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS, INDICADO PARA PROCEDIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS EM AMBIENTE HOSPITALAR; SISTEMA DE</p>	01	UND	R\$ 52.705,56	R\$ 52.705,56

	<p>ILUMINAÇÃO DE ALTA INTENSIDADE, COM ILUMINÂNCIA MÁXIMA MÍNIMA DE ATÉ 160.000 LUX, MEDIDA A 1 METRO DE DISTÂNCIA; INTENSIDADE LUMINOSA AJUSTÁVEL, PERMITINDO ADEQUAÇÃO ÀS DIFERENTES NECESSIDADES DO PROCEDIMENTO; DIÂMETRO DO CAMPO ILUMINADO AJUSTÁVEL, COM FAIXA MÍNIMA COMPREENDIDA ENTRE 120 MM E 300 MM, GARANTINDO ILUMINAÇÃO UNIFORME E SEM SOMBRAS; SISTEMA DE BRAÇO ARTICULADO, COM NO MÍNIMO 1 (UM) BRAÇO, PERMITINDO FÁCIL POSICIONAMENTO, ESTABILIDADE E AMPLO ALCANCE DO CAMPO OPERATÓRIO; TECNOLOGIA DE ILUMINAÇÃO POR LED, COM BAIXO AQUECIMENTO E LONGA VIDA ÚTIL, OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE; ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR (IRC/CRI) ADEQUADO AO USO CIRÚRGICO, CONFORME PADRÃO DE MERCADO; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM A REDE 220 V, SENDO ACEITO EQUIPAMENTO COM COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO (BIVOLT AUTOMÁTICO), FREQUÊNCIA 50/60 HZ; ESTRUTURA E ACABAMENTO ADEQUADOS AO AMBIENTE HOSPITALAR, DE FÁCIL LIMPEZA E DESINFECÇÃO; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; POSSUIR REGISTRO VIGENTE NA ANVISA, QUANDO APLICÁVEL; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.</p>				
11	<p>FOCO CIRÚRGICO PEDESTAL, SEM BATERIA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: EQUIPAMENTO MÓVEL, DESTINADO À ILUMINAÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS E PROCEDIMENTOS CLÍNICOS EM AMBIENTE HOSPITALAR; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COMPOSTO POR NO MÍNIMO 24 (VINTE E QUATRO) LEDS, OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE; ILUMINÂNCIA AJUSTÁVEL, COM FAIXA MÍNIMA COMPREENDIDA ENTRE 60.000 E 80.000 LUX, MEDIDA A 1 METRO DE DISTÂNCIA; DIÂMETRO DO CAMPO LUMINOSO EM TORNO DE 120 MM, ADMITINDO VARIAÇÕES COMPATÍVEIS COM O PADRÃO DE MERCADO; ESTRUTURA MONTADA SOBRE BASE TIPO PEDESTAL, DOTADA DE 5 (CINCO) RODÍZIOS, PROPORCIONANDO</p>	01	UND	R\$ 5.390,00	R\$ 5.390,00

	ESTABILIDADE E FÁCIL DESLOCAMENTO; RODÍZIOS COM SISTEMA DE TRAVAMENTO, GARANTINDO SEGURANÇA DURANTE O USO; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM A REDE 220 V, SENDO ACEITO EQUIPAMENTO COM COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO (BIVOLT AUTOMÁTICO), FREQUÊNCIA 50/60 HZ; ESTRUTURA E ACABAMENTO ADEQUADOS AO AMBIENTE HOSPITALAR, DE FÁCIL LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; POSSUIR REGISTRO VIGENTE NA ANVISA, QUANDO APLICÁVEL; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
12	ASPIRADOR DE REDE (AR/O₂) - FRASCO COLETOR 400 ML. ASPIRADOR CIRÚRGICO DE REDE (AR COMPRIMIDO E/OU OXIGÊNIO), COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: EQUIPAMENTO DESTINADO À ASPIRAÇÃO DE SECREÇÕES EM PROCEDIMENTOS CLÍNICOS E HOSPITALARES, COM FUNCIONAMENTO POR REDE DE AR COMPRIMIDO E/OU OXIGÊNIO; CAPACIDADE MÍNIMA DO FRASCO COLETOR DE 400 ML, GRADUADO PARA CONTROLE VISUAL DO VOLUME ASPIRADO; FRASCO COLETOR CONFECCIONADO EM POLICARBONATO, MATERIAL RESISTENTE A IMPACTOS E QUEDAS, ADEQUADO AO USO HOSPITALAR; TAMPA DO FRASCO CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO E NYLON, OU MATERIAIS EQUIVALENTES, RESISTENTES E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; PRESSÃO MÁXIMA DE ENTRADA (AR E O ₂) DE ATÉ 6 KGF/CM ² , COMPATÍVEL COM REDES HOSPITALARES DE GASES; VACUÔMETRO COM DUPLA ESCALA PARA MONITORAMENTO DA PRESSÃO NEGATIVA: ESCALA EXTERNA: 0 A 76 CMHG; ESCALA INTERNA: 0 A 30 POL. HG; SISTEMA DE REGULAGEM DE VÁCUO PRECISO, PERMITINDO AJUSTE CONFORME A NECESSIDADE DO PROCEDIMENTO; ESTRUTURA E COMPONENTES ADEQUADOS AO AMBIENTE HOSPITALAR, COM SUPERFÍCIES LISAS E DE FÁCIL LIMPEZA; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; POSSUIR REGISTRO VIGENTE NA ANVISA, QUANDO APLICÁVEL; ATENDER ÀS NORMAS	04	UND	R\$ 239,90	R\$ 959,60

	TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
13	TOMADA DUPLA PARA OXIGÊNIO (O₂) , DESTINADA À CONEXÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS À REDE DE GASES HOSPITALARES, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: DISPOSITIVO COMPATÍVEL COM SISTEMAS DE OXIGÊNIO HOSPITALAR E COM ASPIRADORES DE REDE A O ₂ , INCLUINDO EQUIPAMENTOS COM FRASCO COLETOR DE 400 ML OU EQUIVALENTES; CONEXÕES DE SAÍDA DUPLAS, PERMITINDO A UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE DOIS EQUIPAMENTOS; OPERAÇÃO SOB BAIXA PRESSÃO, TÍPICA DA REDE DE OXIGÊNIO HOSPITALAR, COM PRESSÃO NOMINAL EM TORNO DE 3,5 KGF/CM ² , EQUIVALENTE A APROXIMADAMENTE 50 PSI OU 345 KPA; CADA SAÍDA DOTADA DE VÁLVULA DE RETENÇÃO INDEPENDENTE, PREVENINDO RETORNO DE FLUXO E GARANTINDO SEGURANÇA OPERACIONAL; CONSTRUÇÃO ADEQUADA AO USO HOSPITALAR, COM MATERIAIS RESISTENTES, DURÁVEIS E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; SISTEMA DE FIXAÇÃO COMPATÍVEL COM PADRÕES DE INSTALAÇÕES DE GASES MEDICINAIS; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS, ESPECIALMENTE AS RELACIONADAS A INSTALAÇÕES DE GASES MEDICINAIS, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	04	UND	R\$ 167,62	R\$ 670,48
14	ASPIRADOR DE SECREÇÃO PORTÁTIL , DESTINADO AO USO CLÍNICO E HOSPITALAR, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: EQUIPAMENTO LEVE, COMPACTO E PORTÁTIL, INDICADO PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÕES EM AMBIENTES HOSPITALARES, AMBULATORIAIS E EM ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA; CAPACIDADE MÍNIMA DO FRASCO COLETOR DE 1.300 ML, GRADUADO, PERMITINDO CONTROLE VISUAL DO VOLUME ASPIRADO; FRASCO COLETOR DOTADO DE VÁLVULA ANTITRANSBORDAMENTO, GARANTINDO A PROTEÇÃO DO EQUIPAMENTO E A SEGURANÇA DO USUÁRIO; MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA EQUIVALENTE A 1/33 HP, OU SUPERIOR; VAZÃO	02	UND	R\$ 840,72	R\$ 1.681,44

	(FLUXO LIVRE) MÍNIMA DE 20 LITROS POR MINUTO, ASSEGURANDO EFICIÊNCIA NA ASPIRAÇÃO; ESTRUTURA E COMPONENTES ADEQUADOS AO USO HOSPITALAR, COM MATERIAIS RESISTENTES E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO; PESO APROXIMADO DE ATÉ 2,5 KG, FACILITANDO O TRANSPORTE E O MANUSEIO; ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA COMPATÍVEL COM A REDE 220 V, SENDO ACEITO EQUIPAMENTO COM COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO (BIVOLT AUTOMÁTICO - 110/220 V), FREQUÊNCIA 50/60 HZ; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; POSSUIR REGISTRO VIGENTE NA ANVISA, QUANDO APLICÁVEL; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
15	IMOBILIZADOR DE CABEÇA , DESTINADO À ESTABILIZAÇÃO DA REGIÃO CERVICAL E CRANIANA EM ATENDIMENTOS DE EMERGÊNCIA E TRANSPORTE DE PACIENTES, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: CONJUNTO COMPOSTO POR BASE E APOIOS LATERAIS, PROJETADO PARA PROPORCIONAR ADEQUADA IMOBILIZAÇÃO DA CABEÇA E DO PESCOÇO; DIMENSÕES APROXIMADAS DA BASE: 40 CM × 26 CM. DIMENSÕES APROXIMADAS DOS APOIOS LATERAIS: 23,5 CM × 14 CM × 6 CM. ORIFÍCIO AURICULAR COM DIÂMETRO APROXIMADO DE 80 MM (8 CM), PERMITINDO INSPEÇÃO AUDITIVA E MONITORAMENTO DO PACIENTE; FABRICADO EM MATERIAL PLÁSTICO RÍGIDO (ABS) OU MATERIAL EQUIVALENTE DE ALTA RESISTÊNCIA, ASSOCIADO A ESPUMA EM EVA DE CÉLULAS FECHADAS; MATERIAL IMPERMEÁVEL, LAVÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, COMPATÍVEL COM PROTOCOLOS DE LIMPEZA HOSPITALAR; PRODUTO LEVE, RESISTENTE E REUTILIZÁVEL, ADEQUADO AO USO EM SERVIÇOS DE EMERGÊNCIA; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	04	UND	R\$ 125,35	R\$ 501,40
16	DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA) : EQUIPAMENTO PORTÁTIL, COMPACTO E	01	UND	R\$ 8.846,75	R\$ 8.846,75

	<p>LEVE, MICROPROCESSADO, COM ALÇA PARA TRANSPORTE, INDICADO PARA ATENDIMENTO EM EMERGÊNCIAS CARDÍACAS, COMPATÍVEL PARA USO EM PACIENTES ADULTOS E PEDIÁTRICOS. DEVE OPERAR COM TECNOLOGIA DE ONDA BIFÁSICA EXPONENCIAL TRUNCADA, COM DETECÇÃO AUTOMÁTICA DE ARRITMIAS MALIGNAS (FIBRILAÇÃO VENTRICULAR E TAQUICARDIA VENTRICULAR), LIBERANDO O CHOQUE APENAS QUANDO INDICADO. DEVE POSSUIR ORIENTAÇÕES AO SOCORRISTA POR COMANDOS DE VOZ, TEXTO E SINAIS VISUAIS, EM LÍNGUA PORTUGUESA, COM INSTRUÇÕES PASSO A PASSO PARA A REALIZAÇÃO DA RESSUSCITAÇÃO CARDIOPULMONAR (RCP), INCLUINDO INDICAÇÃO SONORA DO RITMO DAS COMPRESSÕES TORÁICAS. EQUIPADO COM DISPLAY COLORIDO, PARA VISUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ESSENCIAIS, INCLUINDO CURVA DE ECG, FREQUÊNCIA CARDÍACA, NÚMERO DE CHOQUES E NÍVEL DE BATERIA. DEVE REALIZAR AUTOTESTE AUTOMÁTICO, COM ALARMES VISUAIS E SONOROS PARA BATERIA FRACA E CONDIÇÕES DE FALHA. DEVE UTILIZAR PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS PARA APLICAÇÃO DO CHOQUE, COM INDICAÇÃO ILUSTRATIVA PARA CORRETO POSICIONAMENTO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICO (110/220 V) OU 220V; BATERIA DE LITHIUM RECARREGÁVEL, COM AUTONOMIA MÍNIMA PARA 200 CHOQUES OU 10 HORAS DE MONITORAMENTO; MODOS DE DESFIBRILAÇÃO ADULTO E INFANTIL; CONEXÃO USB PARA TRANSFERÊNCIA DE DADOS; GABINETE EM POLÍMERO DE ALTO IMPACTO; GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO IP56; CLASSIFICAÇÃO ELÉTRICA CF. CONTEÚDO MÍNIMO: 01 DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA); 01 PAR DE ELETRODOS AUTOADESIVOS ADULTO; 01 BATERIA RECARREGÁVEL; 01 CARREGADOR DE BATERIA BIVOLT; 01 MANUAL DO USUÁRIO EM PORTUGUÊS; 01 CERTIFICADO DE GARANTIA.</p>				
17	<p>CONJUNTO DE CINTOS TIPO ARANHA, DESTINADO À FIXAÇÃO E IMOBILIZAÇÃO DO PACIENTE EM PRANCHAS LONGAS, MACAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, COM AS SEGUINTEs CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: CONJUNTO COMPOSTO POR 1 (UM)</p>	04	UND	R\$ 98,00	R\$ 392,00

	TIRANTE PRINCIPAL, NA COR PRETA, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 1,80 M, ADMITINDO VARIAÇÕES COMPATÍVEIS COM O PADRÃO DE MERCADO; 04 (QUATRO) TIRANTES TRANSVERSAIS, COM SISTEMA DE REGULAGEM INDIVIDUAL, PERMITINDO AJUSTE AO BIOTIPO DO PACIENTE; TIRANTES CONFECCIONADOS EM MATERIAL RESISTENTE, COM FECHOS DE ENGATE RÁPIDO OU SISTEMA EQUIVALENTE, GARANTINDO SEGURANÇA E FACILIDADE DE USO; LARGURA APROXIMADA DOS CINTOS DE 1,6 CM E ESPESSURA APROXIMADA DE 1 CM, ADMITINDO VARIAÇÕES COMPATÍVEIS COM O PADRÃO DE MERCADO; PESO APROXIMADO DO CONJUNTO DE 270 G, ADMITINDO VARIAÇÃO CONFORME O FABRICANTE; MATERIAL LAVÁVEL, REUTILIZÁVEL E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, COMPATÍVEL COM ROTINAS DE LIMPEZA HOSPITALAR; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
18	REANIMADOR MANUAL (AMBU) ADULTO – SILICONE. REANIMADOR MANUAL TIPO AMBU, INDICADO PARA VENTILAÇÃO MANUAL DE PACIENTES ADULTOS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: BALÃO CONFECCIONADO EM SILICONE, REUTILIZÁVEL, AUTOCLAVÁVEL OU COMPATÍVEL COM PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO RECOMENDADOS PELO FABRICANTE; VOLUME MÍNIMO DO BALÃO DE APROXIMADAMENTE 1.600 ML. BOLSA RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 2.750 ML, PERMITINDO MAIOR CONCENTRAÇÃO DE O ₂ DURANTE A VENTILAÇÃO; CONECTOR UNIVERSAL PADRÃO 15,0 MM, COMPATÍVEL COM SONDA ENDOTRAQUEAL E MÁSCARAS FACIAIS, CONFORME PADRÕES INTERNACIONAIS; VÁLVULA DE ESCAPE CONFECCIONADA EM POLICARBONATO, EQUIPADA COM 01 (UMA) MEMBRANA DE SILICONE, GARANTINDO FUNCIONAMENTO SEGURO E EFICIENTE; COXIM ANATÔMICO CONFECCIONADO EM SILICONE, PROPORCIONANDO VEDAÇÃO ADEQUADA E CONFORTO AO PACIENTE; CONEXÃO PARA ALIMENTAÇÃO DE OXIGÊNIO, COMPATÍVEL COM	05	UND	R\$ 143,52	R\$ 717,60

	SISTEMAS HOSPITALARES; VÁLVULA DE CONTROLE CONFECCIONADA EM POLICARBONATO, COM 02 (DUAS) MEMBRANAS DE SILICONE, ASSEGURANDO CONTROLE EFICIENTE DA VENTILAÇÃO; BOLSA RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO EQUIPADA COM CONECTOR PADRÃO DE 22,0 MM; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.				
19	REANIMADOR MANUAL (AMBU) PEDIÁTRICO – SILICONE. REANIMADOR MANUAL TIPO AMBU, INDICADO PARA VENTILAÇÃO MANUAL DE PACIENTES PEDIÁTRICOS, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: BALÃO CONFECCIONADO EM SILICONE, REUTILIZÁVEL, COMPATÍVEL COM OS PROCESSOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO RECOMENDADOS PELO FABRICANTE; VOLUME MÍNIMO DO BALÃO DE APROXIMADAMENTE 500 ML; BOLSA RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO COM CAPACIDADE APROXIMADA DE 1.000 ML, PERMITINDO MAIOR CONCENTRAÇÃO DE OXIGÊNIO DURANTE A VENTILAÇÃO; CONECTOR UNIVERSAL PADRÃO 15,0 MM, COMPATÍVEL COM SONDAS ENDOTRAQUEAIS E MÁSCARAS FACIAIS; VÁLVULA DE ESCAPE CONFECCIONADA EM POLICARBONATO, EQUIPADA COM 01 (UMA) MEMBRANA DE SILICONE, GARANTINDO FUNCIONAMENTO SEGURO; COXIM ANATÔMICO CONFECCIONADO EM SILICONE, PROPORCIONANDO ADEQUADA VEDAÇÃO E CONFORTO AO PACIENTE; CONEXÃO PARA ALIMENTAÇÃO DE OXIGÊNIO, COMPATÍVEL COM SISTEMAS HOSPITALARES; VÁLVULA DE CONTROLE CONFECCIONADA EM POLICARBONATO, COM 02 (DUAS) MEMBRANAS DE SILICONE, ASSEGURANDO CONTROLE EFICIENTE DA VENTILAÇÃO; BOLSA RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO EQUIPADA COM CONECTOR PADRÃO DE 22,0 MM; PRODUTO NOVO, SEM USO ANTERIOR; ATENDER ÀS NORMAS TÉCNICAS E DE SEGURANÇA APLICÁVEIS, QUANDO EXISTENTES; GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	05	UND	R\$ 211,53	R\$ 1.057,65

VALOR GLOBAL ESTIMADO	R\$ 297.218,89
-----------------------	----------------

1.2. A presente contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo sistema de registro de preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o **critério de julgamento de menor preço por item**, de forma a ampliar a competitividade, possibilitar a participação de fornecedores especializados em itens específicos e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

1.3. O certame seguirá a exclusividade para empresas enquadradas como Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, qualificadas como tais nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, com exceção do item 09 que será destinado a ampla concorrência.

1.4. O contrato decorrente da presente licitação terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos e limites previstos na legislação vigente, desde que demonstrado o interesse público e a vantajosidade da prorrogação para a Administração.

1.5. O fornecimento dos equipamentos hospitalares ocorrerá de forma parcelada e conforme a demanda do Hospital e Maternidade Maria Rodrigues Melo, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde de Alto do Rodrigues/RN, de modo a assegurar o atendimento contínuo das necessidades assistenciais, sem comprometer a regularidade dos serviços de saúde prestados.

1.6. As entregas deverão ser realizadas no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, em dias e horários previamente acordados, acompanhadas das respectivas notas fiscais, termos de recebimento e demais documentos necessários à conferência e ao atesto do objeto.

1.7. Todos os equipamentos hospitalares fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, observar as normas sanitárias, regulamentações técnicas e legislações aplicáveis, bem como apresentar condições adequadas de segurança, funcionamento, durabilidade e conservação, garantindo sua plena e segura utilização no Hospital e Maternidade Maria Rodrigues Melo.

1.8. A contratada deverá garantir que os equipamentos fornecidos atendam aos padrões de qualidade, conformidade técnica e desempenho exigidos, bem como cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos, de forma a não prejudicar as atividades assistenciais e operacionais da unidade hospitalar.

1.9. Nos casos em que determinado equipamento, em razão de sua natureza técnica ou complexidade, exigir montagem específica, instalação ou qualquer procedimento técnico indispensável ao seu pleno e seguro funcionamento, tais serviços deverão ser realizados pela contratada, às suas expensas.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação mostra-se imprescindível para garantir a aquisição de equipamentos hospitalares destinados a atender às demandas do Hospital e Maternidade Maria Rodrigues Melo, assegurando suporte adequado às atividades desenvolvidas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Alto do Rodrigues/RN, especialmente nos serviços de urgência, internação e demais cuidados hospitalares.

2.2. A disponibilização adequada desses equipamentos é fundamental para apoiar diagnósticos, tratamentos e procedimentos médicos, promover a segurança dos pacientes e profissionais de saúde, bem como contribuir para a melhoria da qualidade e resolutividade dos serviços prestados à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS.

2.3. A aquisição planejada dos equipamentos hospitalares permite maior eficiência operacional do Hospital e Maternidade Maria Rodrigues Melo, evitando a interrupção de serviços essenciais, reduzindo riscos, garantindo a continuidade do atendimento e promovendo a adequada gestão dos recursos públicos, com foco na prestação de um atendimento digno, seguro e humanizado.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Conforme evidenciado no Estudo Técnico Preliminar – ETP, a solução adotada consiste na aquisição de equipamentos hospitalares por meio da contratação de empresa(s) especializada(s), a qual se revelou a alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico.

O levantamento de mercado realizado demonstrou a existência de fornecedores capacitados a atender às especificações técnicas exigidas, assegurando a viabilidade da contratação, a ampla competitividade do certame e a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração Pública.

Dessa forma, a solução proposta atende às necessidades identificadas, promovendo eficiência na aplicação dos recursos públicos e contribuindo para a melhoria dos serviços de saúde prestados.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da presente contratação, sendo o fornecimento, a entrega e, quando aplicável, a instalação dos equipamentos hospitalares de responsabilidade exclusiva da empresa vencedora do certame.

4.2. A contratada deverá garantir a qualidade, integridade, segurança e conformidade dos equipamentos hospitalares fornecidos com as especificações técnicas exigidas, responsabilizando-se integralmente por eventuais defeitos, irregularidades, avarias, danos, atrasos ou vícios de fabricação, devendo proceder à substituição, reparo ou correção imediata, sem ônus para a Administração, sempre que necessário.

4.3. As entregas deverão ocorrer na Sede da Secretaria Municipal de Saúde de Alto do Rodrigues/RN, situada na Rua Francisco Ivo, nº 390, Bairro Alto Alegre, CEP 59507-000, de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h, exceto feriados.

Todas as despesas de transporte, manuseio, seguros, tributos, encargos e demais custos operacionais correrão por conta exclusiva da contratada.

4.4. Os equipamentos hospitalares a serem adquiridos deverão atender aos seguintes requisitos mínimos de qualidade, segurança e conformidade:

a) Os equipamentos hospitalares deverão possuir, de acordo com a tabela especificada acima e quando aplicável:

- Registro, cadastro ou notificação junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, de acordo com a classificação de risco e a legislação sanitária vigente;
- Certificação do INMETRO ou comprovação de atendimento às normas técnicas aplicáveis, quando se tratar de equipamentos sujeitos à avaliação de conformidade compulsória;

- Manual técnico e de operação em língua portuguesa, bem como identificação do fabricante, número de série, modelo, lote (quando aplicável) e demais informações exigidas pelos órgãos reguladores.
- b) Todos os equipamentos deverão ser entregues novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, devidamente embalados, sem sinais de avarias, violação, umidade, contaminação ou danos decorrentes de transporte ou manuseio inadequado.
- c) Os valores ofertados deverão contemplar todos os custos necessários ao fornecimento integral dos equipamentos hospitalares, incluindo transporte, logística, embalagens, seguros, tributos, encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como quaisquer despesas operacionais necessárias à entrega no local indicado pela Administração.
- d) A contratada deverá comprovar capacidade técnica e logística compatível com o fornecimento dos equipamentos hospitalares, garantindo o atendimento das requisições da Secretaria Municipal de Saúde com segurança, eficiência e dentro dos prazos estabelecidos.
- e) As entregas serão realizadas conforme demanda da Administração, de acordo com as quantidades e prazos estabelecidos em cada ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.
- f) Equipamentos entregues em desacordo com as especificações técnicas descritas no edital ou termo de referência (tais como modelo, dimensões, capacidade, potência, voltagem, desempenho, acessórios, padrões de segurança ou normas técnicas), bem como aqueles que apresentarem defeitos, avarias, divergência de marca ou qualquer outra não conformidade, serão rejeitados, devendo ser substituídos no prazo máximo de até 48 horas, sem qualquer ônus adicional para o Município.
- g) A substituição deverá ser realizada por equipamentos novos, originais, dentro do prazo de garantia e plenamente compatíveis com as especificações técnicas exigidas no processo licitatório, mantendo-se as mesmas condições inicialmente ofertadas.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. A entrega dos materiais deverá ser realizada conforme as solicitações formais emitidas pela Administração, respeitando os prazos estabelecidos em cada Ordem de Serviço ou cronograma acordado, sendo o prazo máximo para entrega dos equipamentos de 20 (vinte) dias corridos após a emissão da Ordem de compra.

5.2. Na hipótese de impossibilidade de atendimento dentro do prazo estipulado após o recebimento da requisição, a contratada deverá comunicar previamente à Administração, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, apresentando justificativa formal para reprogramação da entrega. Situações de caso fortuito ou força maior serão analisadas pela Administração.

5.3. Os produtos deverão ser entregues conforme as solicitações emitidas pela Administração, no local previamente definido, observando as especificações técnicas, prazos, quantidades e condições de conservação e transporte exigidas. É de responsabilidade exclusiva da contratada garantir a integridade, qualidade e conformidade dos itens fornecidos.

5.4. A entrega será acompanhada e fiscalizada por servidor(a) designado(a) pela Administração, que emitirá relatório ou termo de recebimento provisório, atestando o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

5.5. Caso os produtos entregues apresentem não conformidade com as especificações, prazo de validade insuficiente, falhas de qualidade ou divergência de quantidade, a contratada será formalmente notificada e deverá providenciar a substituição ou correção no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração.

5.6. O recebimento provisório será realizado no ato da entrega, mediante verificação das condições físicas, documentais e técnicas dos produtos fornecidos.

5.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório, mediante conferência da regularidade dos documentos fiscais, integridade dos itens e conformidade com as especificações contratuais, sendo lavrado termo específico pela autoridade competente.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada de eventuais responsabilidades, especialmente quanto à existência de vícios ocultos, validade dos produtos, observância das normas sanitárias e cumprimento integral das obrigações contratuais.

6. DA GESTÃO DO CONTRATO

6.1. A presente contratação, formalizada por meio de nota de empenho, deverá ser executada fielmente pelas partes, conforme as disposições deste Termo de Referência e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial de suas obrigações.

6.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.1. O(s) fiscal(is) designado(s) deverão manter registros em instrumento próprio de todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, adotando as medidas necessárias à correção de falhas técnicas, irregularidades ou não conformidades eventualmente constatadas.

6.2.2. Sempre que houver situação que demande deliberação superior, o fiscal deverá comunicar a autoridade competente com a devida antecedência, permitindo a adoção das providências cabíveis.

6.3. A contratada será exclusivamente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais encargos legais decorrentes da prestação dos serviços.

6.3.1. A inadimplência da contratada com relação a tais obrigações não implicará responsabilidade subsidiária ou solidária da Administração, nem poderá resultar em ônus adicional ao objeto da contratação.

6.4. As comunicações entre a Administração Municipal e a contratada deverão ser realizadas, preferencialmente, por escrito, inclusive por meio de correio eletrônico institucional, salvo nos casos em que a legislação ou regulamento exija forma específica.

6.5. A Administração verificará, previamente à liquidação e pagamento da nota fiscal, a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, mediante consulta aos sistemas oficiais competentes, tais como SICAF, CADIN, FGTS, INSS, Receita Federal, entre outros que se fizerem necessários

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços, visando assegurar ampla competitividade, isonomia entre os participantes, economicidade e transparência no processo, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar e demais documentos do processo.

7.2. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**, desde que atendidas todas as condições, especificações e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, com a proposta mais vantajosa sendo aquela que apresentar o maior desconto unitário para cada item licitado.

7.3. O fornecedor melhor classificado deverá apresentar a documentação exigida para fins de habilitação, conforme as exigências do edital, incluindo:

7.3.1. Habilitação Jurídica:

- Documento de registro comercial, em caso de empresário individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com alterações, se houver;
- Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, se aplicável.

7.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional.
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade com a Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3.3. Habilitação Técnica:

- Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica que comprovem a aptidão da empresa para fornecimento de produtos similares ao objeto contratado, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo descrição clara e compatível com o objeto da licitação.
- Alvará de funcionamento emitido pela autoridade competente do município, sede da licitante, atualizado.
- Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária) da empresa licitante, expedido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal. Exigência para os itens correspondentes especificamente a produtos de saúde.
- Autorização de funcionamento de empresa (AFE – Anvisa). Exigência para os itens correspondentes especificamente a produtos de saúde.

7.3.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercício social.
- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II)

7.3.5. Documentação Complementar:

- Certidão negativa de sanções por improbidade administrativa e inelegibilidade (obtida no portal do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);
- Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (Controladoria-Geral da União) e/ou à certidão de regularidade do Tribunal de Contas da União – TCU, para comprovação de que a empresa não está impedida de contratar com a Administração Pública.

7.3.5. Documentação Complementar:

a) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (www.cnj.jus.br), por meio do link http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form;

b) como condição para habilitação, será verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no link <https://certidoes.cgu.gov.br/> em atendimento ao disposto no Acórdão n. 1793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União;

c) as documentações indicadas nas alíneas "a" e "b" poderão ser substituídas pela Certidão/Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, do Tribunal de Contas da União (TCU), disponível no link: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, qual sejam:

CÓD. DA UNIDADE	UNIDADE	FUNCIONAL	NATUREZA DA DESPESA
20600	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.0006.1002.0000 10.302.0006.1062.0000 10.302.0006.2166.0000	4.4.90.52

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.1.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.2. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

9.2.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste Termo de Referência.

9.4. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

9.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

9.6.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

9.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.8. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista.

9.9.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado seja fiscal ou trabalhista, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.9.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.9.3. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.9.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 10.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 10.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 10.4. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e no Contrato;
- 10.5. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- 10.6. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 11.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 02 (DOIS) DIAS CORRIDOS, que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto;
- 11.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante;
- 11.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

11.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

11.8. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº. 14.133/2021.

12. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

12.1. Fica garantido a Contratada, o direito ao equilíbrio econômico-financeiro, de acordo com as hipóteses previstas na Lei nº. 14.133/2021.

12.2. Em casos de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, será utilizado o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE, ou índice equivalente, nos termos do da Lei Federal nº 14.133. de 2021.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Em caso de inexecução total ou parcial da contratação, atraso injustificado, descumprimento de cláusulas ou obrigações contratuais, poderão ser aplicadas à contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

14. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. Fica designado a servidora **Kalyanne Martins Luciano**, CPF: 057.XXX.XXX-95, Mat. 870, como **Gestora de Contrato**.

14.2. Fica designado a servidora **Mariana das Chagas Nunes dos Santos Ferreira**, CPF: 105.XXX.XXX-28, Mat. 31138146, como **Fiscal de Contrato**.

14.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, conforme Lei nº 14.133/21.

Município de Alto do Rodrigues, 24 de março de 2026.

YASMIN MARIANA SEIXAS CUNHA
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA LICITAÇÃO Nº 007/2026- MOD. PREGÃO ELETRÔNICO - SRP.

ATA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A ATENDER DEMANDAS DO HOSPITAL E MATERNIDADE MARIA RODRIGUES MELO, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO DO RODRIGUES/RN, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

O Município de Alto do Rodrigues/RN, por intermédio da Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues/RN, inscrita no CNPJ: 08.184.111/0001-07, situado na Rua José Ferreira das Neves, nº 137, Centro, Alto do Rodrigues/RN, CEP 59.507-000, com obediência Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, e demais legislação, sob as condições estabelecidas, neste ato representado por sua prefeita xxxxxxxx, brasileira, casada, residente e domiciliado na cidade de Alto do Rodrigues/RN, doravante denominado contratante, e de outro lado à empresa e seus valores registrados na cláusula segunda desta ata, considerando o julgamento da licitação nº 007/2026 na modalidade **Pregão Eletrônico SRP**, bem como a classificação das propostas e a respectiva homologação do pregão eletrônico, resolvem registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta ata de registro de preços, para formação do sistema de registro de preços destinado à aquisições futuras sujeitando-se as partes às normas constantes da lei, decretos e portarias supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO.

1.1. A presente Ata tem por objeto o **registro de preços para futura contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de mobiliário e equipamentos hospitalares destinados a atender demandas do Hospital e Maternidade Maria Rodrigues Melo, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Alto do Rodrigues/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
ITENS	DESCRIÇÃO	UNID	QNT	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão

gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas pela legislação vigente.

4. VALIDADE DA ATA.

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5. DA REVISÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇO.

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Em casos de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, será utilizado o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do IBGE, ou índice equivalente, nos termos do da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.

6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1. Por razão de interesse público;

6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES.

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que

o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS.

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

8.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Alto do Rodrigues/RN, ____ de _____ de 2026.

Representante legal do órgão gerenciador

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DA LICITAÇÃO Nº 007/2026 – MOD. PREGÃO ELETRÔNICO - SRP

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES DESTINADOS A ATENDER DEMANDAS DO HOSPITAL E MATERNIDADE MARIA RODRIGUES MELO, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO DO RODRIGUES/RN, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXX/RN, E A EMPRESA _____, CNPJ Nº _____.

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXX/RN, CNPJ nº XXXXXXXXXXXX, situado na XXXXXXXXXXXX, nº XXX, Centro, CEP: XXXXXXXX, XXXXXXXX/RN, com obediência Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/06 e nº 147/2014, subsidiariamente, e demais legislação, sob as condições estabelecidas, neste ato representado pela sua prefeita XXXXXXXXXXXX, e a empresa Inscrito(a) no CNPJ sob o nº, doravante designada contratada, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 040/2026** e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente termo de contrato, decorrente do Licitação nº 007/2026, na modalidade **Pregão Eletrônico SRP**, por sistema de registro de preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de mobiliário e equipamentos hospitalares destinados a atender demandas do Hospital e Maternidade Maria Rodrigues Melo, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Alto do Rodrigues/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.**

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
ITENS	DESCRIÇÃO	QNT	UNID	VALOR ITEM	VALOR GLOBAL
01					
VALOR TOTAL:					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ./_____/_____e encerramento em __/__/20_____.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no

Orçamento Geral do município, qual sejam:

CÓD. DA UNIDADE	UNIDADE	FUNCIONAL	NATUREZA DA DESPESA
20600	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.0006.1002.0000 10.302.0006.1062.0000 10.302.0006.2166.0000	4.4.90.52

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

5.2 A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados;

5.2.1 As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de serviços ou de prestação de serviços;

5.2.2 A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no instrumento convocatório/TR.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no no instrumento convocatório/TR.

9. CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no instrumento convocatório/TR.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no instrumento convocatório.

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no no instrumento convocatório/TR.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos Artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório;

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. **O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:**

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. **É VEDADO À CONTRATADA:**

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 ao 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, nos Diários Oficiais e no PNCP, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Pendências/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do Art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21.

17.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Alto do Rodrigues/RN, de..... de 20.....

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2026

**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP
ANEXO IV – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026
SESSÃO: XX/XX/2026, ÀS XXHXXMIN.

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (NOVENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INICIO DA ENTREGA DO OBJETO SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, TODOS OS ITENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

XX

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP

ANEXO V – DECLARAÇÃO CONJUNTA

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026

AO

MUNICÍPIO DE ALTO DO RODRIGUES/RN

A PREGOEIRA / EQUIPE DE APOIO

EU, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (REPRESENTANTE LEGAL DEVIDAMENTE QUALIFICADO) DA EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, INSCRITA SOB O CNPJ DE Nº XXXXXXXXXXXX, DECLARO, PARA OS DEVIDOS FINS E SOB AS PENAS DA LEI, QUE A EMPRESA:

- 1. ESTÁ CIENTE E CONCORDA COM AS CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DO OBJETO EM QUESTÃO;**
- 2. INEXISTE DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE;**
- 3. QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO ALTO DO RODRIGUES/RN;**
- 4. A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO PREGÃO ELETRÔNICA SRP Nº 021/2026, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;**
- 5. NÃO RECEBEU DO MUNICÍPIO DE ALTO DO RODRIGUES/RN OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL**
- 6. APRESENTA PROPOSTA QUE COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS ASSEGURADOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NAS LEIS TRABALHISTAS, NAS NORMAS INFRALEGAIS, NAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E NOS TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA VIGENTES NA DATA DE SUA ENTREGA EM DEFINITIVO E QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DEFINIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO;**
- 7. NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE 16 ANOS, SALVO MENOR, A PARTIR DE 14 ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ, NOS TERMOS DO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;**
- 8. NÃO POSSUI EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO, OBSERVANDO O DISPOSTO NOS INCISOS III E IV DO ART. 1º E NO INCISO III DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;**

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 007/2026

[**NOME DA EMPRESA**], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021.

DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;
- A NÃO APRESENTAÇÃO DESTA DECLARAÇÃO SERÁ INTERPRETADA COMO NÃO ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006, OU A OPÇÃO PELA NÃO UTILIZAÇÃO DO DIREITO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR

(NO CASO DE ME E EPP)

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

CRC: XXXXXXXXXXXX



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PALÁCIO ÁLVARO RODRIGUES PREFEITURA
MUNICIPAL DO ALTO DO RODRIGUES
Rua José Ferreira das Neves, 137, Centro – CEP 59507-000
CNPJ 08.184.111/0001-07

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 007/2026 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 040/2026

A Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues/RN, através do seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados a Licitação nº 007/2026, na modalidade Pregão Eletrônico - SRP, cujo objeto é: **“Registro de preços para futura contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de mobiliário e equipamentos hospitalares destinados a atender demandas do Hospital e Maternidade Maria Rodrigues Melo, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Alto do Rodrigues/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos”**. O edital e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, no site oficial do município <http://170.79.153.44:9367/comprasedital/> e na sede da Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues/RN, setor de licitações, no horário das 08h às 14h de segunda a sexta feira, por meio de pendrive. A sessão eletrônica será aberta às 10h00 (horário de Brasília) do dia 08 de abril de 2026.

Alto do Rodrigues/RN, 24 de março de 2026.

KAUYSA VALQUIRIA FERREIRA ISAC
Pregoeiro Oficial - PMARG/RN